MOREIRASSOCIADOS
Auditores Independentes

Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2019.

À
DD. DIRETORIA DA
ASSOCIAÇÃO CASA FLUMINENSE
RIO DE JANEIRO - RJ

REF.: RELATÓRIO FINAL Nº 06/18 SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

Apresentamos a V.Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas, composto de:

1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES; e

2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Releva observar que este relatório representa, através do "Relatório dos Auditores Independentes", nossa opinião definitiva sobre as peças contábeis de V.Sas. no exercício de 2018, sendo que o consubstanciamento do referido Relatório encontra-se nas cartas de controles internos emitidas.

1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À
DD. DIRETORIA DA
ASSOCIAÇÃO CASA FLUMINENSE
RIO DE JANEIRO - RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO CASA FLUMINENSE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO CASA FLUMINENSE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à ASSOCIAÇÃO CASA FLUMINENSE, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da ASSOCIAÇÃO CASA FLUMINENSE é responsável por outras informações que acompanham as demonstrações contábeis. A entidade, devido as suas características específicas, possui estrutura e forma de apresentação própria das demonstrações contábeis, não apresentando outras informações. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da ASSOCIAÇÃO CASA FLUMINENSE continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a ASSOCIAÇÃO CASA FLUMINENSE ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da ASSOCIAÇÃO CASA FLUMINENSE são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da ASSOCIAÇÃO CASA FLUMINENSE.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da ASSOCIAÇÃO CASA FLUMINENSE. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a ASSOCIAÇÃO CASA FLUMINENSE a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2019.

MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC RS 4632/0-1 T PR S RJ
DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68603 S RJ
CNAI Nº 1128
Sócio – Responsável Técnico

2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

ASSOCIAÇÃO CASA FLUMINENSE

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em Reais)

Ativo	2018	2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	988.218,14	315.619,77
	988.218,14	**315.619,77**
Não circulante		
Imobilizado (nota 4)	16.423,35	22.911,86
	16.423,35	**22.911,86**
Total do ativo	**1.004.641,49**	**338.531,63**

Passivo e patrimônio líquido	2018	2017
Circulante		
Obrigações trabalhistas e sociais (nota 5)	73,33	73,33
Projetos Financiados(nota 11)	798.568,66	261.251,15
	798.641,99	**261.324,48**
Patrimônio líquido (nota 6)		
Patrimônio social	77.207,15	109.978,23
Superávit (déficit) acumulado	128.792,35	(32.771,08)
	205.999,50	**77.207,15**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.004.641,49**	**338.531,63**

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2018.

Henrique Silveira de Souza
Diretor
CPF/MF 123.261.187-58

Edson Vander Vieira Guimarães
Técnico Contabilidade CRC/RJ 067.187/O-3
CPF/MF 996.016.647-34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em Reais)

	2018	2017
Receitas operacionais		
Com restrição		
Doações e contribuições de pessoas físicas	35.576,11	15.060,39
Doações e contribuições de pessoas jurídicas	199.263,27	45.536,13
Receitas financeiras (nota 7.3)	4.284,95	17.161,18
Receitas Eventuais/Recuperação de despesas	12.703,74	1.092,83
	251.828,07	**78.850,53**
Custo da prestação de serviços sociais/atividades (nota 8)	**(70.720,55)**	**(68.522,45)**
Resultado bruto	**181.107,52**	**10.328,08**
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (nota 9)	(41.195,89)	(26.560,81)
Despesas tributárias (nota 10)	(2.724,15)	(8.992,50)
Depreciações	(6.220,18)	(5.930,25)
Despesas financeiras	(2.174,95)	(1.615,60)
	(52.315,17)	**(43.099,16)**
Superávit (déficit) do exercício	**128.792,35**	**(32.771,08)**

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2018.

Henrique Silveira de Souza
Diretor
CPF/MF 123.261.187-58

Edson Vander Vieira Guimarães
Técnico Contabilidade CRC/RJ
CPF/MF 996.016.647-34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	**139.712,53**	**(29.734,30)**	**109.978,23**
Incorporação do superávit do exercício 2016 ao patrimônio social	(29.734,30)	29.734,30	-
Superávit do exercício	-	(32.771,08)	(32.771,08)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**109.978,23**	**(32.771,08)**	**77.207,15**
Incorporação do superávit do exercício 2017 ao patrimônio social	(32.771,08)	32.771,08	-
Superávit do exercício	-	128.792,35	128.792,35
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**77.207,15**	**128.792,35**	**205.999,50**

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2018.

Henrique Silveira de Souza
Diretor
CPF/MF 123.261.187-58

Edson Vander Vieira Guimarães
Técnico Contabilidade CRC/RJ
067.187/O-3
CPF/MF 996.016.647-34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	128.792,35	(32.771,08)
Ajustes por:		
Depreciação	6.488,51	5.930,25
Superávit do exercício ajustado	**135.280,86**	**(26.840,83)**
(Aumento) redução nos ativos circulantes e no realizável a longo prazo:		
Créditos a receber	-	123,00
	-	**123,00**
Aumento (redução) nos passivos circulantes:		
Obrigações trabalhistas e sociais	-	(2.751,73)
Obrigações tributárias	-	(153,34)
Projetos Financiados	537.317.51	25.655,68
	537.317,51	**(22.750,61)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**672.598,37**	**(3.967,22)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	-	(6.542,01)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**-**	**(6.542,01)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	672.598,37	(10.509,23)
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	315.619,77	326.129,00
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**988.218,14**	**315.619,77**

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2018.

Henrique Silveira de Souza
Diretor
CPF/MF 123.261.187-58

Edson Vander Vieira Guimarães
Técnico Contabilidade CRC/RJ
CPF/MF 996.016.647-34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Objetivos

A **Associação Casa Fluminense**, constituída em 20 de fevereiro de 2013 como uma associação de direito privado, de fins não econômicos, de caráter beneficente, educativo e de assistência social tem como objetivos fomentar a:

a) Ampliação da esfera pública e da elaboração e sustentação de políticas para a promoção de igualdade e o aprofundamento democrático em toda a cidade, região metropolitana e no Estado do Rio de Janeiro;
b) Participação ampla de pessoas de todo o Rio de Janeiro no debate e ações públicas democráticas na cidade, metrópole e estado e da criação de novos canais de diálogo e cooperação para este fim;
c) O desenvolvimento econômico e social sustentável e do combate à pobreza e às desigualdades;
d) Desenvolvimento cultural e da defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico em geral;
e) Da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

Missão

É missão da **Associação Casa Fluminense**, contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, civis e políticos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 (R1)– Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

2.2.1 Receitas e despesas

As receitas e despesas foram contabilizadas segundo o princípio de competência de exercícios. Os valores para aplicação específica vinculados a contratos, convênios e outros instrumentos, foram reconhecidos ao resultado na medida da efetiva realização dos respectivos gastos. Doações de bens patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio social. Os superávits apurados em cada exercício fiscal são integralmente destinados à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos estatutários da entidade.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado (Nota Explicativa nº 3). As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

2.2.3. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A Casa Fluminense não identificou indicativos de perda de seu valor recuperável para o exercício 2018. Além disso, estimou que o custo para a realização do teste seria incompatível com o benefício gerado para a informação.

2.2.4. Passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

2.2.5. Obrigações tributárias e previdenciárias – Imunidade tributária (CF, art. 150, inciso VI, alínea "c")
A entidade, por sua finalidade e objetivos e atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP/INSS), da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Taxa de Incêndio e demais impostos e contribuições alcançados pela sua condição de entidade imune. O PIS/PASEP - Programa de Integração Social e de Formação do Servidor Público é calculado na base de 1% da folha de pagamento.

2.2.6. Demonstração do resultado abrangente
A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, uma vez que a entidade não apurou registros contábeis de outros resultados abrangentes, sejam receitas ou despesas, diferentes daqueles que já estão apresentados nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.2.7. Moeda Funcional
A moeda funcional utilizada pela entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em reais.

2.2.8. Eventos Subsequentes
A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da entidade em 03 de outubro de 2019.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa	275,39	388,51
Bancos contas movimento – recursos sem restrição	40,61	40,00
Aplicações de liquidez imediata – recursos sem restrição (ii)	987.902,14	315.191,26
Totais	**988.218,14**	**315.619,77**

(i) Recursos com restrição de movimentação decorrente de cláusula contratual de projetos em execução, depositados em contas bancárias específicas.
(ii) Aplicações financeiras em fundos de investimentos em renda fixa.

4. IMOBILIZADO

Composição do Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo de aquisição em 31/12/2018	Depreciações acumuladas em 31/12/2018	Imobilizado líquido em 31/12/2018	Imobilizado líquido em 31/12/2017
Bens Móveis		**33.661,30**	**(17.237,95)**	**16.423,35**	**22.911,86**
Máquinas e equipamentos	10	5.144,00	(881,70)	4.262,30	4.997,88
Móveis e utensílios	10	303,00	(168,07)	134,93	165,29
Informática	20	28.214,30	(16.188,18)	12.026,12	17.748,69
Totais		**33.661,30**	**(17.237,95)**	**16.423,35**	**22.911,86**

Movimentação do Imobilizado

Descrição	Imobilizado líquido em 31/12/2017	Aquisições em 2018	Venda/Baixa de Imobilizado em 2018	Depreciação em 2018	Imobilizado líquido em 31/12/2018
Bens Móveis	**22.911,86**	**-**	**(268,33)**	**(6.220,18)**	**16.423,35**
Máquinas e equipamentos	4.997,88	-	(181,18)	(554,40)	4.262,30
Móveis e utensílios	165,29	-	-	(30,36)	134,93
Informática	17.748,69	-	(87,15)	(5.635,42)	12.026,12
Totais	**22.911,86**	**-**	**(268,33)**	**(6.220,18)**	**16.423,35**

5. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Registra o valor dos encargos sociais a pagar/recolher, da contribuição a sindicatos a recolher e da provisão de férias e dos respectivos encargos calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 de dezembro de cada exercício:

	2018	2017
Contribuição sindicatos a recolher	73,33	73,33
Totais	**73,33**	**73,33**

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1. Patrimônio Social

Registra os valores dos superávits e déficits apurados em cada exercício e aprovados pela Assembléia Geral da **Associação Casa Fluminense**, dos ajustes decorrentes de retificação de valores do ativo imobilizado e de erro contábil imputável a determinado exercício anterior e dos bens recebidos por doação.

6.2. Superávit (déficit) do exercício

Registra o valor do superávit (déficit) do último exercício a ser submetido à apreciação da Assembléia Geral.

7. RECEITAS OPERACIONAIS

7.1. RECEITAS DE DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DE PESSOAS FISICAS

Registra os recursos provenientes de doações recebidas de pessoas físicas

7.2. RECEITAS DE DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DE PESSOAS JURIDICAS

Registra os recursos provenientes de doações recebidas de pessoas jurídicas

7.3. RECEITAS FINANCEIRAS

Sem restrição

	2018	2017
Rendimentos de aplicações financeiras	4.284,95	17.161,18
Totais	**4.284,95**	**17.161,18**

8. CUSTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS/ATIVIDADES

Registra os gastos diretos com projetos sociais voltados para a defesa e garantia de direitos, de desenvolvimento urbano, de agroecologia e segurança alimentar e de meio ambiente (atividades fim).

	2018	2017
Custos de pessoal com vinculo empregatício	7.687,75	20.344,23
Custos de pessoal sem vínculo empregatício	63.032,80	48.178,22
Totais	**70.720,55**	**68.522,45**

(i) Comunicação, diárias e outras despesas de viagem, doações e contribuições a projetos comunitários, material de consumo, passagens aéreas, rodoviárias e fluviais, publicações técnicas e outros serviços de terceiros.

9. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Registra as despesas com administração e infraestrutura da entidade (atividades meio).

	2018	2017
Outras despesas administrativas (i)	41.195,89	26.560,81
Totais	**41.195,89**	**26.560,81**

(i) Aluguel e condomínio, comunicação, contribuições a entidades de classe, informática, despesas legais e judiciais, condução local, energia elétrica, gás, água e esgoto, manutenção e reparos de bens móveis e imóveis, material de expediente, prêmios de seguros contratados, auditoria e outras despesas.

10. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2018	2017
Tributos/taxas/contribuições federais	2.724,15	8.992,50
Totais	**2.724,15**	**8.992,50**

11. PROJETOS FINANCIADOS

Registra os valores que, conforme contrato, são vinculados a projetos específicos, sujeitos a comprovação e prestação de contas.

	2018	2017
Tributos/taxas/contribuições federais	798.568,66	261.251,15
Totais	**798.568,66**	**261.251,15**

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – GERENCIAMENTO DE RISCOS

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, contas a receber e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. Durante os exercícios de 2018 e 2017, a entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos. A entidade não apresenta exposição relevante a riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Estrutura do gerenciamento de risco

A entidade avalia seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

13. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Indicadores do corpo funcional	2018	2017
N.º de empregados ao final do período	1	2
N.º de empregados com idade acima de 45 anos	0	0
N.º de empregados com formação superior	0	0
N.º de mulheres que trabalham na entidade	1	1
N.º de cargos de chefia ocupados por mulheres	0	0
N.º de negros que trabalham na entidade	0	1
N.º de dependentes (plano de saúde em grupo)	0	0
Indicadores sociais internos	**R$**	**R$**
Encargos sociais (FGTS e PIS/PASEP)	6.987,64	7.532,81
Condução urbana (excedente vale transporte)	163,80	3.455,31

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2018.

Henrique Silveira de Souza
Diretor
CPF/MF 123.261.187-58

Edson Vander Vieira Guimarães
Técnico Contabilidade CRC/RJ
CPF/MF 996.016.647-34